

CFESS INFORMA

BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL



NAÇÕES INDÍGENAS VISITAM CNS E PEDEM APOIO

SAÚDE MENTAL

LEI ANTIMANICOMIAL
PRIORIDADE NA POLÍTICA PÚBLICA

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

ESFORÇO CONJUNTO PARA MELHORAR AS
CONDIÇÕES DOS CORTADORES DE CANA

CONANDA

SEQUESTRO EM SANTO ANDRÉ
ELEIÇÃO EM NOVEMBRO

FÓRUM NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRIMEIRA REUNIÃO DA NOVA
COORDENAÇÃO

SAÚDE MENTAL

LEI ANTIMANICOMIAL

Por dois dias inteiros, a atenção à pessoa portadora de transtorno mental foi o foco de muitas discussões em Brasília.

A prevenção e o tratamento estavam entre os principais objetivos. Especialmente

para aquelas que se encontram presas e para as [os] adolescentes em conflito com a lei. No dia **9 de outubro, durante a oficina Modelo de Atenção à Saúde Mental**, o Ministério Público reuniu psiquiatras, psicanalistas, representantes

do Ministério da Saúde, da sociedade civil e de conselhos profissionais [o CFESS esteve representado pela Conselheira Maria Bernadette Medeiros]. Espaço aberto para propor ao Ministério da Saúde estratégias de implementação dos direitos da pessoa portadora de transtorno mental, já previstos na Lei 10216/2001. As propostas conduziram a uma readequação da Política de Saúde Mental no país.

PRIORIDADE NA POLÍTICA PÚBLICA

Mas foi no dia seguinte que os compromissos atravessaram as fronteiras e mobilizaram atores sociais de diversos países. Dez de outubro foi o Dia Mundial da Saúde Mental.

A Organização Mundial da Saúde trouxe para o centro do debate os conceitos de participação social e cidadania. Espera-se assim que a saúde mental se torne prioridade na política de várias nações. No Brasil, durante as reuniões no Ministério da

Saúde, falou-se em ampliação do acesso aos serviços da Atenção Primária. Algumas experiências de êxito, realizadas em Fortaleza, Belo Horizonte e Campinas, foram apresentadas. Há agora uma mobilização para que se realize a IV Conferência Nacional de Saúde Mental. A última aconteceu em 2001, pouco tempo depois da aprovação da Lei 10216.

“O LOUCO É O HOMEM QUE A SOCIEDADE NÃO QUER OUVIR E QUE É IMPEDIDO DE ENUNCIAR CERTAS VERDADES INTOLERÁVEIS.”

*ANTONIN ARTAUD,
POETA FRANCÊS FALANDO
SOBRE VAN GOGH.*

FIQUE ATENTA!

ALGUNS EVENTOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE SÃO APRESENTADOS EM TEMPO REAL NO ENDEREÇO:

WWW.SAUDE.GOV.BR/EMTEMPOREAL

CONHEÇA A LEI 10.216/2001.

ELA PREVÊ A EXTINÇÃO DE TODOS OS LEITOS EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS E A CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE SUBSTITUTIVA DE ATENDIMENTO E CUIDADO ÀS PESSOAS COM SOFRIMENTO PSÍQUICO GRAVE.

[\[HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.HTM\]](http://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.HTM)

CONHEÇA A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

[HTTP://PORTAL.SAUDE.GOV.BR/PORTAL/SAUDE/CIDADA0/VISUALIZAR_TEXTO.CFM?IDTXT=24134&JANELA=1](http://PORTAL.SAUDE.GOV.BR/PORTAL/SAUDE/CIDADA0/VISUALIZAR_TEXTO.CFM?IDTXT=24134&JANELA=1)



O LOUCO
PABLO PICASSO

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

III SEMINÁRIO NACIONAL

Entender saúde não apenas como ausência de doença, mas como um conceito ampliado que envolva direitos e condições de vida adequadas. Desenvolver um modelo que não seja mais centrado no médico, mas que reúna profissionais de outras áreas, como o serviço social. O III Seminário Nacional de Residências Multiprofissionais e por Área Profissional da Saúde, realizado entre 13 e 15

DESENVOLVER UM MODELO QUE NÃO SEJA MAIS CENTRADO NO MÉDICO, MAS QUE REÚNA PROFISSIONAIS DE OUTRAS ÁREAS, COMO O SERVIÇO SOCIAL

de outubro de 2008, tratou desses temas. Regulamentada em 2005, a residência profissional promove a integração entre

ensino, serviço e comunidade, e já acontece em grande parte do território brasileiro. Agora vai passar por um processo de avaliação. Durante o seminário, cem avaliadores foram capacitados para visitar os programas.

Em seguida, com base nos relatos, a Comissão Nacional de Residência fará uma certificação. O CFESS estava representado pela Conselheira Rodriane Souza, entre os 400 participantes do

seminário, e reuniu assistentes sociais presentes para discutir, a inserção desses profissionais na residência.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

QUEM VAI CUIDAR DOS ÍNDIOS?

O Conselho Nacional de Saúde enfrentou três dias de muita polêmica em sua reunião de outubro. No dia 10 as [os] conselheiras [os] receberam a visita de 20 representantes de nações indígenas. Pelo menos quatro caciques estavam presentes no momento em que se discutia um Projeto de Lei [PL 3958/2008] que visa retirar das atribuições da FUNASA [Fundação Nacional de Saúde] a assistência da saúde aos índios. A Conselheira Ruth Bittencourt, representante do CFESS no CNS, entende que essa mudança provocaria uma municipalização do serviço, que é

RETIRAR DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNASA A ASSISTÊNCIA DA SAÚDE AOS ÍNDIOS PROVOCARIA UMA MUNICIPALIZAÇÃO DO SERVIÇO, QUE É ORIGINALMENTE DE OBRIGAÇÃO DA UNIÃO.

originalmente de obrigação da União. Mas o principal temor é o da precarização do mesmo. Mais do que impedir esse repasse de atribuições, os caciques exigem uma secretaria especializada na saúde indígena. Levando em consideração o interesse das nações e o fato de que a Política de Saúde Indígena é de obrigação da União, o CNS aprovou uma resolução apoiando a luta das nações e pediu a alteração do PL 3958, de forma a não transferir a responsabilidade. O Ministro da Saúde José Gomes Temporão tem agora 30 dias para homologar o documento.

Conheça o PL 3958, que altera a Lei 10683/2003, modificando parte da estrutura do Ministério da Saúde e retirando a responsabilidade da União sobre a saúde indígena



PROPAGANDA DE REMÉDIOS

Em outro momento difícil da reunião do CNS foi aprovada uma Moção de Repúdio à Propaganda Indiscriminada de Medicamentos. E apesar de uma pequena oposição, deve sair no próximo encontro uma resolução defendendo o controle das propagandas. Quase tão complexo foi o tema da validação dos diplomas de médicos [as] brasileiros [as] que se formam em Cuba. Porenquanto são proibidos [as] de atuar no país. Mas está em elaboração uma proposta que visa validar os [as] profissionais de

NA REUNIÃO DO DIA 12 DE NOVEMBRO, O CNS FAZ ELEIÇÃO PARA A MESA DIRETORA. A EXPECTATIVA É QUE ACONTEÇA REELEIÇÃO DOS MEMBROS E O CFESS CONTINUE REPRESENTADO COM A CONSELHEIRA RUTH BITTENCOURT

Saúde formados [as] no exterior. Até que, por fim, o tema mudou e a tensão se reduziu, mas não diminuiu o cuidado, já que o assunto passava por menopause masculina, envelhecimento do homem e algumas doenças específicas do universo dele: foi aprovada a Política Nacional de Saúde do Homem. Na reunião do dia 12 de novembro, o CNS faz eleição para a Mesa Diretora. A expectativa é que aconteça reeleição dos membros e o CFESS continue representado com a conselheira Ruth Bittencourt.

OFICINA DA ABEPSS

DEPOIS DA REGULAMENTAÇÃO

Depois do longo caminho que levou à aprovação da Resolução 533, durante o 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, o Estágio Supervisionado em Serviço Social voltou a ser tema central de discussão. Dessa vez foi na Oficina Regional da ABEPSS [Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social]. Organizado pela Regional Sul, o evento aconteceu na cidade de Palhoça, em Santa Catarina, nos dias 17 e 18 de outubro. Com a regulamentação definida, o debate não tinha mais o seu caráter polêmico.

DEPOIS DO 37º ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL VOLTOU A SER TEMA CENTRAL DE DISCUSSÃO.

A participação do CFESS atendia ao objetivo de informar sobre o processo de regulamentação. Dessa forma se destacou o que diz a legislação sobre o tema e a importância da supervisão de estágio no processo de formação profissional. Também foram citadas inúmeras dificuldades para o exercício de fiscalização da supervisão direta. Muitas delas, já bem conhecidas da ABEPSS, que, junto com o CFESS, os CRESS, e a ENESSO, contribuíram com o processo de construção da Resolução 533.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO

II CONFERÊNCIA NACIONAL É ADIADA

No dia 3 de outubro, às vésperas da eleição dos novos conselheiros do CNDI, durante reunião extraordinária sobre o processo de transição, os representantes da sociedade civil foram surpreendidos com a proposta da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) de adiar a **II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**, prevista para o final de outubro. A nova data seria em março de 2009, a fim de que o Presidente da República pudesse comparecer e assinar o “Pacto pelo Envelhecimento Saudável”. Lembrando do compromisso dos Conselhos com a pessoa idosa e argumentando que “a

ingerência dos governos em suas pautas e deliberações ameaça a autonomia e o exercício do controle democrático”, todos os conselheiros da sociedade civil discordaram do adiamento. O representante da SEDH não cedeu. A Conselheira Neile Pinheiro, representante do CFESS no CNDI, conta que ao perceber que a convocação da reunião visava somente referendar a decisão do governo pelo adiamento da conferência, os membros da sociedade civil mostraram-se indignados. Apesar disso, a II Conferência Nacional acontecerá mesmo entre os dias 18 e 20 de março de 2009.

“Era ele que erguia casas onde antes só havia chão.”
Vinícius de Moraes

NOVA GESTÃO NO CNDI

A eleição da nova gestão de conselheiros do CNDI, que aconteceu no dia 4 de outubro de 2008, marcou um estreitamento da parceria entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o CFESS, na defesa dos direitos sociais. Como o CFESS já vinha integrando o CNDI por dois mandatos na titularidade, deu seu apoio à candidatura do CFP como membro titular e lançou-se como suplente. Ao final

da votação, o CFP recebeu nove votos e o CFESS oito. Mesmo assim o CFESS continuará participando das reuniões e acompanhando os debates. Os dois conselhos federais manterão posição firme em defesa dos direitos e da democracia, dado seu compromisso histórico com a pessoa idosa e com outros segmentos de usuários de políticas sociais.

O CFESS CONTINUARÁ PARTICIPANDO DAS REUNIÕES E ACOMPANHANDO OS DEBATES, DADO SEU COMPROMISSO HISTÓRICO COM A PESSOA IDOSA.

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

TRABALHADORES CANAVIEIROS

Com medo de perder o salário miserável, muitos cortadores de cana se calam sobre as condições de trabalho. Mas a realidade do sofrimento físico, do estado desumano dos alojamentos e da péssima qualidade da alimentação foi revelada numa reunião da CIST, em agosto. O representante da Secretaria-Geral da Presidência da República na CIST assumiu o compromisso de conduzir um esforço conjunto para melhorar as condições dos cortadores de cana. A CIST, que tem o objetivo de assessorar o

A CIST APROVOU A DECISÃO DE PROPOR AO CNS UM SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O TEMA AGROCOMBUSTÍVEIS E SAÚDE – TRABALHO, AMBIENTE E SEGURANÇA ALIMENTAR: UM ESFORÇO CONJUNTO PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DOS CORTADORES DE CANA

Conselho Nacional de Saúde nos temas relativos à saúde do trabalhador, também aprovou a decisão de propor ao CNS um seminário para discutir o tema Agrocombustíveis e Saúde – Trabalho, Ambiente e Segurança Alimentar. A Conselheira Marinete Moreira, representante do CFESS na CIST, diz que a intenção é alertar para as implicações da expansão dos agrocombustíveis na saúde dos trabalhadores. A próxima reunião da Comissão acontece nos dias 18 e 19 de dezembro.

“Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem.” *Bertolt Brecht*



CORTADOR DE CANA
CAROLINA DI LELLO

CONANDA

SEQÜESTRO EM SANTO ANDRÉ

O caso do seqüestro das duas adolescentes em Santo André, na semana de 13 de outubro, que resultou na morte de uma das meninas, levou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente a pedir publicamente a apuração de responsabilidades. Para o Conselho, Lindemberg Alves apresentava “claros sinais de distúrbios emocionais”, o que exigiria o envolvimento de outras (os) profissionais especializadas (os). O retorno da amiga ao cativo e a mal-sucedida

O SEQÜESTRO DAS DUAS ADOLESCENTES EM SANTO ANDRÉ E A MORTE DE UMA DAS MENINAS LEVOU O CONANDA A PEDIR PUBLICAMENTE A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

tentativa de resgate foram vistos pelas (os) Conselheiras (os) do CONANDA como evidências do desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 5º, 18 e 232). Por isso foi solicitada ao Conselho Tutelar de Santo André a instauração de procedimento que vise verificar as violações dos direitos das jovens. O Conselheiro Pedro Fernandes, representante do CFESS no CONANDA, reforçou que o ECA deve ser conhecido e respeitado por todas (os) que participam de operações policiais envolvendo o trato com crianças e adolescentes.

ELEIÇÃO EM NOVEMBRO

A fim de continuar participando decisivamente do debate sobre a política pública de atendimento à criança e ao adolescente, o CFESS é candidato na eleição do CONANDA, dia 14 de novembro. O Conselho é composto por 28 membros, divididos igualmente entre representantes governamentais e da sociedade civil. No mandato que se encerra, completando dois anos, o CFESS vem ocupando um cargo de suplente.

UM ESPAÇO TRADICIONAL DE ATUAÇÃO MILITANTE E PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL QUE OFERECE OPORTUNIDADE INDISPENSÁVEL PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ao cumprir os requisitos exigidos por edital, o CFESS está habilitado como órgão eleitor e candidato. A votação se dá entre as entidades que compõem o Conselho e a eleição depende de uma articulação entre esses membros. O representante do CFESS, Pedro Fernandes, considera o CONANDA “um espaço tradicional de atuação militante e profissional do assistente social, que oferece oportunidade indispensável para a proteção de crianças e adolescentes”.

FÓRUM DCA



JOVEM CAMPONESA COM 3 FILHOS
FERDINAND WALDMÜLLER

RELATÓRIO PARA A CONVENÇÃO INTERNACIONAL

Finalmente o Brasil vai entregar seu segundo relatório sobre o monitoramento da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, desde que se tornou signatário em 1990. O primeiro foi entregue em 2003. O debate que tem conduzido o novo relatório movimentou o Seminário de Políticas Públicas, realizado entre os dias 9 e 11 de outubro. A Constituição Federal determina que a criança e o adolescente são prioridade absoluta para a família, a sociedade e o Estado. Mas a política para a infância e a adolescência no Brasil nem mesmo está consolidada. Apesar de avanços, como o Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o

É PRECISO PROMOVER UMA EMANCIPAÇÃO, JÁ QUE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DEVEM SER VISTOS COMO SUJEITOS DE DIREITOS: UM PROJETO QUE NÃO SE RESTRINJA À SUA DIMENSÃO OPERACIONAL OU TUTELADORA

Programa Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, e iniciativas voltadas para o combate à exploração sexual e ao trabalho infantil, há a necessidade de um projeto que não se restrinja à sua dimensão operacional ou tuteladora. É preciso promover uma emancipação, já que crianças e adolescentes devem ser vistos como sujeitos de direitos. A representante do CFESS no Fórum DCA, Conselheira Erivã Velasco, entende, por exemplo, que “a saída para a violação de direitos não está na criminalização, que estigmatiza, segrega e encarcera grupos sociais. No caso de adolescentes, isso seria avesso ao paradigma da proteção integral”.

FÓRUM NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CFESS NA COORDENAÇÃO

O correu em Brasília no dia 14 de outubro de 2008 a primeira reunião do FNAS com a nova coordenação, eleita em julho passado. A coordenação colegiada do FNAS é composta pelas seguintes entidades: Federação das APAES (Maria Rosa Silveira Aguiar), CFESS (Ivanete Boschetti), CFP (Iolete Ribeiro), Pastoral da Mulher Marginalizada (Bernadete Ferreira) e Fórum Estadual de Assistência Social de MT (Whady Lacerda). Duas vagas destinadas a entidades de defesa de direitos e prestadoras de serviços ainda não foram ocupadas na coordenação, o que deverá ocorrer na próxima assembléia do FNAS. De acordo com a Agenda 2008-2011, definida em outubro, além da sua reestruturação, o Fórum atualizará a Carta de Princípios – cuja proposta está sendo elaborada e será aprovada na próxima reunião do FNAS, a ser realizada entre 11 e 13 de novembro. Já a reunião ampliada do CNAS, prevista para novembro, foi transferida para 2009.

DE ACORDO COM A AGENDA 2008-2011, DEFINIDA EM OUTUBRO, ALÉM DA SUA REESTRUTURAÇÃO, O FÓRUM ATUALIZARÁ A CARTA DE PRINCÍPIOS – CUJA PROPOSTA ESTÁ SENDO ELABORADA

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Por que não há previsão no SUAS e no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) de recursos destinados ao desenvolvimento de ações e projetos voltados para mobilização comunitária ou fortalecimento de movimentos sociais? A Professora Doutora da UnB, e presidente do CFESS, Ivanete Boschetti, debateu a questão no Seminário **O SUAS, sua construção e desafios para o trabalho social.** O evento teve ainda a participação da Professora Doutora da Universidade de Taubaté, Maria Regina de Ávila Moreira, e foi organizado pela Seccional de São José dos Campos – CRESS 9ª Região, no dia 16 de outubro, reunindo 300 pessoas de pelo menos 10 municípios. Para refletir sobre a pergunta acima, Ivanete Boschetti lembrou que, em consonância com a PNAS, o SUAS propõe serviços sócio-assistenciais e essencialmente direcionados a famílias e indivíduos na perspectiva da integração social, no combate à vulnerabilidade e aos riscos sociais. Os outros assuntos abordaram quatro aspectos: Princípios e direitos que devem ser assegurados no SUAS, Estrutura Organizacional e Operacional da gestão, Orçamento da Política de Assistência Social e Competências e Atribuições de Assistentes Sociais no SUAS.

O SUAS PROPÕE SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS ESSENCIALMENTE DIRECIONADOS A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS NA PERSPECTIVA DA INTEGRAÇÃO SOCIAL, NO COMBATE À VULNERABILIDADE E AOS RISCOS SOCIAIS

ENCONTRO E SEMINÁRIO NACIONAL

MARATONA DE DECISÕES

Entre propostas e recomendações, foram 156 decisões tomadas em quatro dias de Encontro Nacional (25 a 28 de setembro). Em alguns desses momentos: o exame de proficiência foi recusado, e a precariedade da graduação a distância se tornou objeto de uma séria e incansável fiscalização. A supervisão direta de estágio foi finalmente regulamentada, com a Resolução 533 do CFESS, que entende a atividade como privativa de assistentes sociais inscritos nos CRESS de sua região. Já as práticas

A SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO FOI FINALMENTE REGULAMENTADA COM A RESOLUÇÃO 533 DO CFESS, QUE ENTENDE A ATIVIDADE COMO PRIVATIVA DE ASSISTENTES SOCIAIS

terapêuticas não foram reconhecidas como atribuições de assistente social. Da mesma forma, a inquirição, na metodologia do depoimento sem danos, “não é atribuição privativa e nem competência de assistentes sociais”. Mesmo com as grandes deliberações, ainda houve energia para 1 conferência, 1 mesa-redonda, 2 atrações culturais essencialmente femininas – Damas de Ouro e Avacalhando o Vocal – e diversos sambas entoados em coral.

[Leia a matéria completa do Encontro Nacional](#)

RETRATO DAS REPRESENTAÇÕES

A atuação de assistentes sociais no Brasil está essencialmente concentrada em três grandes grupos: assistência, saúde, criança e adolescente. Essa realidade foi confirmada pelos dados que o CFESS recebeu dos CRESS e apresentou durante o Seminário Nacional: O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito, no dia 24 de setembro. A área de Seguridade Social é uma das que mais sente a ausência de um conselho – extinto há dez anos. Por isso a recriação foi defendida como um objetivo de luta na

A ÁREA DE SEGURIDADE SOCIAL É UMA DAS QUE MAIS SENTE A AUSÊNCIA DE UM CONSELHO – EXTINTO HÁ DEZ ANOS. POR ISSO A RECRIAÇÃO FOI DEFENDIDA COMO UM OBJETIVO DE LUTA NA OCASIÃO

ocasião. O economista Evilásio Salvador falou da importância de acompanhar e controlar também o orçamento público, enxergando-o como um instrumento de escolhas políticas. A professora da PUC-SP, Raquel Raichellis, destacou a conquista de importantes espaços públicos, ao longo da história do serviço social no país. Mas lembrou que a partilha de poder entre Estado e sociedade civil ainda é desigual. Além de atribuir aos conselhos o papel de executar políticas públicas, gera um deslocamento de funções que enfraquece a mobilização.

[Leia o texto das palestras do economista Evilásio Salvador e da professora Raquel Raichellis](#)



CFESS
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
SCS QUADRA 2 • BLOCO C • ED SERRA DOURADA • SL 312/17
61 3223 1652 FAX 61 3223 2420 • 70300 902 BRASÍLIA DF
WWW.CFESS.ORG.BR • CFESS@CFESS.ORG.BR

GESTÃO 2008•2011 ATITUDE CRÍTICA PARA AVANÇAR NA LUTA

PRESIDENTE: IVANETE SALETE BOSCHETTI (DF) • VICE-PRESIDENTE SÂMBARA PAULA FRANCELINO RIBEIRO (CE) • 1ª SECRETÁRIA TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ (SP) • 2ª SECRETÁRIA NEILE D'ORAN PINHEIRO (AM)
1ª TESOUREIRA ROSA HELENA STEIN (DF) • 2ª TESOUREIRA TELMA FERRAZ DA SILVA (BA) • CONSELHO FISCAL SILVANA MARA MORAIS DOS SANTOS (RN) • PEDRO ALVES FERNANDES (MG) • KÁTIA REGINA MADEIRA (SC)
CONSELHEIROS(AS) SUPLENTE EDVAL BERNARDINO CAMPOS (PA) • RODRIANE DE OLIVEIRA SOUZA (RJ) • MARINETE CORDEIRO MOREIRA (RJ) • KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO (MG) ERIVÂ GARCIA VELASCO (MT)
MARCELO SITCOVSKY SANTOS PEREIRA (PE) • MARIA ELISA DOS SANTOS BRAGA (SP) • MARIA BERNADETTE DE MORAES MEDEIROS (RS) MARYLUCIA MESQUITA PALMEIRA (CE)
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO BRUNO COSTA E SILVA DESIGN PULSO TV